



**SUGESTÃO DE NORMATIVA PARA A  
ORGANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO  
PEDAGÓGICO DOMICILIAR NO ÂMBITO DA  
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO  
DO DISTRITO FEDERAL**

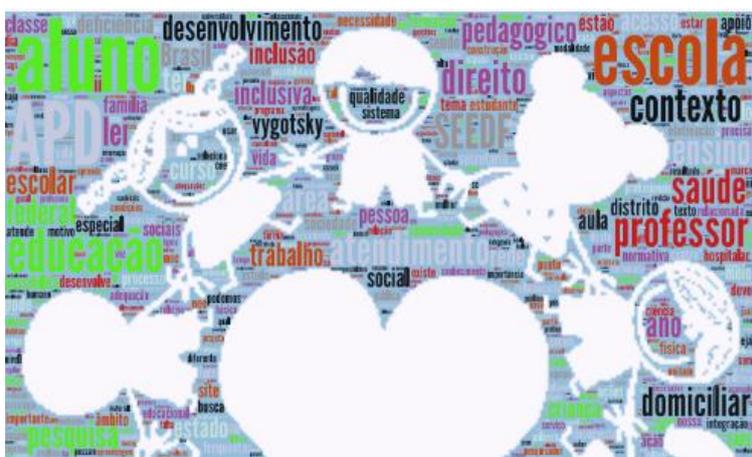
**Helma Salla**

**Prof. Dr. Geraldo Eustáquio Moreira**



## Sumário

O contexto da construção desta proposta .....	4
O direito à educação e ao Atendimento Pedagógico Domiciliar .....	5
Quem é o aluno que recebe o Atendimento Pedagógico Domicilia .....	6
O contexto do Atendimento Pedagógico Domiciliar .....	7
Qual a importância das Diretrizes para o Atendimento Pedagógico Domiciliar? 7	
A necessidade do convênio entre as Secretarias de Estado de Educação e Saúde do Distrito Federal .....	9
Quem são os professores que serão disponibilizados pela SEEDF para o Atendimento Pedagógico Domiciliar? .....	11
Procedimentos para iniciar o Atendimento Pedagógico Domiciliar .....	12
Reuniões de integração entre equipes médicas e profissionais da educação .	13
O dossiê do aluno atendido no APD .....	14
Ações da escola .....	14
Ações do hospital .....	15
As atividades pertinentes ao professor do APD .....	16
Adequação das condições físicas .....	16
Adequação dos materiais pedagógicos .....	18
Aspectos pedagógicos .....	19
Processo de integração com a escola .....	20
Processo de integração com a família .....	21
Rede de apoio integrada ao professor .....	22
Cursos de formação continuada .....	23
Recursos para adequação dos instrumentos didático-pedagógicos .....	25
Considerações finais .....	26
Referências Bibliográficas .....	27



## O contexto da construção desta proposta

Esta sugestão de Normativa para a organização do APD - Atendimento Pedagógico Domiciliar no âmbito da Secretaria de Estado de

Educação do Distrito Federal (SEEDF) não vem como uma solução pronta e imutável, mas como uma proposta inicial que foi baseada em estudos realizados durante o Mestrado Profissional em Ensino de Ciências, da Universidade Estadual de Goiás – UEG.

As pesquisas são relacionadas ao/à:

- ↪ avanço do direito à escola e às conferências, declarações e leis;
- ↪ efetivação do direito dos alunos com deficiência que não podem frequentar fisicamente a escola;
- ↪ caracterização da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal;
- ↪ Atendimento Pedagógico Domiciliar no Distrito Federal;
- ↪ escola inclusiva e os contextos que a caracterizam;
- ↪ raízes do Atendimento Pedagógico Domiciliar;
- ↪ particularidades do Atendimento Pedagógico Domiciliar e,
- ↪ Vygotsky e à Educação Pedagógica Domiciliar.

Desejamos, com nossos estudos e proposta para o APD no Distrito Federal, contribuir para a construção de contextos que possibilitem uma escola efetivamente inclusiva.

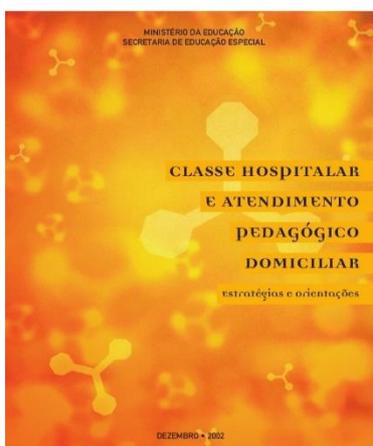
## O direito à educação e ao Atendimento Pedagógico Domiciliar

Aos níveis nacional e internacional a educação para todos, como direito e dever, é defendida. Desde a Declaração Universal dos Direitos do Homem (ONU, 1948), a educação básica está como direito e dever de todos. Em 1994, com a Declaração de Salamanca (ONU), se fortaleceu a escola inclusiva que preconiza o direito à educação que respeite as diferenças e que proporcione o desenvolvimento dos potenciais de cada aluno.

A Convenção de Guatemala (1999) recomenda a modificação de várias atitudes para as pessoas que apresentam deficiência, em diversas questões, entre elas, às pertinentes ao acesso aos serviços, à mobilidade e à efetivação da inclusão. No Brasil, observa-se que ser signatário de todas essas convenções, possibilitou avanços

importantes no direito à educação.

Um dos marcos da educação especial no Brasil é a LDB de 1996, que não apenas define a modalidade, mas, aborda, também, as adequações para atender às especificidades dos alunos com NEE. A “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” está presente na Constituição Cidadã de 1988. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2007) defende a inclusão dos alunos na escola de forma efetiva, com as adequações necessárias para a permanência e o desenvolvimento de todos os alunos.



Para o Atendimento Pedagógico Domiciliar (APD), o grande marco no Brasil assenta-se nas “Orientações para o Atendimento Pedagógico Hospitalar e Domiciliar (BRASIL, 2002)”. Neste documento, o MEC realiza uma sinopse dos principais tópicos para que sejam ofertados, nos Estados e Municípios, o atendimento pedagógico hospitalar e domiciliar para os alunos acamados,







Segundo Brasil (2002), as secretarias de educação devem se organizar juntamente com a secretaria de saúde e assistência social, visando um APD integrado a outros profissionais que atendam ao aluno com NEE.

## A necessidade do convênio entre as Secretarias de Estado de Educação e Saúde do Distrito Federal



O aluno não é apenas aluno, assim como o paciente não é apenas paciente. Precisamos integrar o atendimento do paciente ao do aluno, para potencializar ganhos para esta pessoa. Não basta proporcionar

educação, pois precisamos de uma educação de qualidade para todos, inclusive para os alunos que não podem ir fisicamente à escola por motivo de saúde, que estão em tratamento em seus domicílios, na chamada internação domiciliar, em que ele recebe os cuidados médicos, com profissionais capacitados, como enfermeiras, fisioterapeutas, médicos e outros em casa. Este estudante também tem direito a estar incluso na escola. Para tal, faz-se necessária uma parceria entre as Secretarias de Estado de Educação e Saúde do Distrito Federal, para que ambas desenvolvam ações em prol da efetivação do Atendimento Pedagógico Domiciliar.

As Secretarias de Estado de Educação e de Saúde desenvolverão ações que possibilitem aos profissionais que estão na escola e os que estão nos hospitais, conversarem sobre o atendimento a ser realizado com o aluno, não apenas em termos médicos.

O professor não precisa saber os detalhes técnicos a serem desenvolvidos no tratamento, mas estar em contato com a equipe médica para saber pormenores como o tempo médio das aulas, atividades motoras que podem ser desenvolvidas, materiais que o aluno pode entrar em contato,

adequações do espaço físico, mobiliário, iluminação, estrutura arquitetônica, visitas dos colegas, deslocamentos eventuais à escola ou aos espaços públicos, ações do professor que possam ajudar na melhoria da qualidade de vida do aluno, entre outras, é de extrema importância para o sucesso do projeto.

A equipe médica irá dar o aporte necessário ao professor sobre o tempo da atividade, bem como o tipo e qual atividade poderia auxiliar na melhoria do aluno. O professor, munido das informações, poderá planejar atividades que não prejudiquem a saúde do aluno, mas de acordo com suas possibilidades, pode ajudar a desenvolver o potencial dele (BRASIL, 2002).

Esta parceria acontecerá em prol de ações que possibilitam o APD, não poderão ser pontuais, mas de forma contínua, de acordo com a necessidade dos contextos. Necessita de ser efetivada em tempo hábil para que não ocorram prejuízos ao aluno.

Entre as ações que devem ser desenvolvidas estão:

- ↪ disponibilizar informações sobre o APD nas unidades de saúde e nas escolas;
- ↪ disponibilizar orientações aos alunos, pais, profissionais da educação e saúde sobre os procedimentos para iniciar o Atendimento Pedagógico Domiciliar;
- ↪ organizar e disponibilizar cursos de formação continuada;
- ↪ disponibilizar materiais concretos assim como matéria prima para a confecção dos mesmos;
- ↪ disponibilizar as adequações físicas na residência do estudante;
- ↪ disponibilizar aparelhos eletrônicos como notebook e outros para mediações e para a comunicação com a comunidade escolar;
- ↪ disponibilizar transporte ou meios de transporte para os profissionais que atendem no APD;
- ↪ disponibilizar no site da SEEDF e SESDF os modelos de relatórios e termos de consentimento e,
- ↪ disponibilizar professores para o APD.



## Quem são os professores que serão disponibilizados pela SEEDF para o Atendimento Pedagógico Domiciliar?

Os professores que atenderão diretamente o aluno serão designados pela SEEDF, sendo estes lotados na sala de recursos da escola e/ou professores da sala que o aluno está matriculado, que tenham carga horária residual. Caso na escola não existam professores disponíveis, será aberta a

carência para o profissional atender no APD.

### Requisitos para o profissional

O trabalho pedagógico no atendimento domiciliar, não é o mesmo do contexto escolar, pois necessita de adequações não apenas do conteúdo programático, mas relacionadas ao contexto do aluno e as singularidades do mesmo, não podemos esquecer que este está acamado, o que pode favorecer algumas situações como irritabilidade, fadiga, baixa autoestima e depressão. Além dos efeitos colaterais das medicações ministradas ao aluno e das rotinas do tratamento médico, que podem ser fisioterapias, sessões de fonoaudiologia, limpeza de equipamentos, entre outros. Para desenvolver estas atividades docentes o professor precisa de atender alguns requisitos, sendo estes:

- ↪ ser professor efetivo ou temporário do quadro de professores da SEEDF;
- ↪ ter e/ou estar fazendo curso de formação continuada na área do APD;
- ↪ passar em avaliação para atendimento de alunos no NEE;
- ↪ ter disponibilidade para atender domiciliarmente o estudante;
- ↪ ter disposição e aptidão para lidar com situações emocionais e,
- ↪ estar preparado para estar em formação continuamente.



- ↩ as ações que poderiam potencializar o bem-estar e o desenvolvimento do aluno;
- ↩ as adequações físicas e pedagógicas necessárias;
- ↩ a relação com a comunidade escolar, como visitas e o uso de TIC, como grupos de comunicação via celular, videoconferência, e-mails ou chats, e, por fim,
- ↩ os esclarecimentos a todos sobre as questões cotidianas e burocráticas, como os relatórios a serem preenchidos e a forma de comunicação entre as partes.

## **O dossiê do aluno atendido no APD**

Aos registros do aluno na SEEDF e na SESDF, serão anexados os relatórios referentes a todo o APD, sendo:

- ↩ questionário para a família;
- ↩ termo de comprometimento para pais/ responsáveis;
- ↩ questionário para equipe a médica para o diagnóstico inicial;
- ↩ relatório sobre as adequações físicas;
- ↩ termo de comprometimento para a aceitação das adequações físicas para os pais e/ou responsáveis;
- ↩ relatório sobre as adequações curriculares;
- ↩ plano AEE para o APD;
- ↩ relatório diário do atendido no APD e,
- ↩ relatório sobre as ações que promovam a socialização do estudante do APD.

## **Ações da escola**

Para que o APD ocorra conforme o planejado, é necessário que a escola também esteja atenta e preparada. Assim, é preciso:

- ↪ colocar em seu Projeto Político Pedagógico (PPP) ações e projetos que visem a efetivação do APD;
- ↪ colocar em local visível ao público aviso sobre a existência do APD;
- ↪ promover palestras e campanhas que promovam contextos que possibilitem a conscientização e sensibilização sobre o APD, sendo estas direcionadas aos pais, professores, alunos e comunidade em geral;
- ↪ informar, quando houver a demanda, o oferecimento do APD, assim como a existência de professores da sala de recursos que poderiam realizar o atendimento e/ou professores com carga horária incompleta. Em caso contrário, abrir carência para que a regional de ensino envie um profissional para fazer o atendimento;
- ↪ organizar a carga horária do professor para que ele possa se deslocar para realizar o APD;
- ↪ informar a necessidade de transporte do professor ao local de atendimento;
- ↪ disponibilizar ao professor material concreto, caso necessário, para que ele possa confeccionar o mesmo;
- ↪ assegurar a continuidade do atendimento caso o professor não possa prosseguir por motivos alheios, como substituição do professor, mudança do aluno de escola e/ou turma, uso da equipe médica para avaliação da progressão do aluno;
- ↪ solicitar as adequações físicas na residência do aluno e,
- ↪ ter em seus registros o dossiê do aluno que contemple os registros condizentes ao APD.

### **Ações do hospital**

Ao hospital, cabe realizar ações em conjunto para a efetivação do APD, tais como:

- ↪ colocar em local visível ao público aviso sobre a existência do APD;
- ↪ promover palestras e campanhas que abordem contextos que possibilitem a conscientização e sensibilização sobre o APD, sendo estas direcionadas aos pais, profissionais da saúde e comunidade em geral;
- ↪ informar à Secretaria de Educação quando houver a demanda do APD;
- ↪ realizar reuniões entre a equipe médica, os profissionais da educação e os pais e o aluno;
- ↪ solicitar as adequações físicas na residência do aluno e,
- ↪ ter em seus registros o dossiê do aluno que contemple os registros condizentes ao APD.

### **As atividades pertinentes ao professor do APD**

Pelas particularidades do APD, os professores que desenvolverem o trabalho pedagógico, têm algumas atividades que são importantes para o desenvolvimento do mesmo. Entre elas, destacamos:

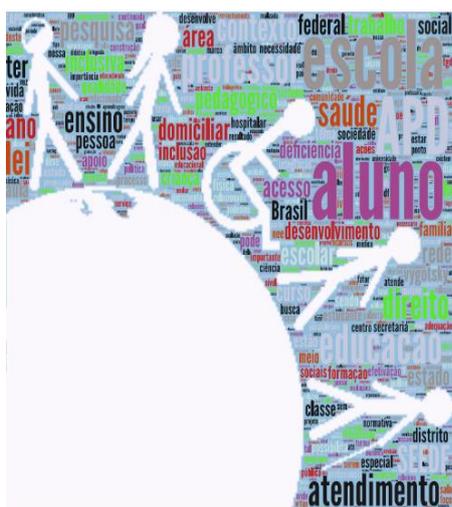
- ↪ o registro destes procedimentos em relatórios;
- ↪ informar à equipe médica sobre quaisquer alterações emocionais do aluno;
- ↪ informar à escola eventuais problemas;
- ↪ ministrar aulas de acordo com o nível do estudante;
- ↪ preparar as aulas com os objetivos bem delineados;
- ↪ utilizar os recursos necessários para a aula e,
- ↪ avaliar o desenvolvimento da aprendizagem do estudante constantemente.

### **Adequação das condições físicas**

Esta categoria é importante às adequações físicas que possibilitam ao aluno, não apenas conforto na hora das mediações, mas também contextos que tenham o mínimo de risco à saúde do estudante com NEE.

Os aspectos físicos referem-se aos recursos necessários ao professor para a efetivação do atendimento pedagógico domiciliar e às adaptações que deverão ser realizadas na residência do educando e no ambiente de ensino quando do seu reingresso à unidade escolar de referência à qual está matriculado ou será matriculado (BRASIL, 2002, p. 15).

Segundo as orientações do MEC para o APD, as adequações físicas no ambiente domiciliar, necessárias para que aconteça o atendimento pedagógico, é de responsabilidade da assistência de saúde e assistência social, sendo assegurada ao aluno toda a infraestrutura física para que esta barreira arquitetônica não seja empecilho para o desenvolvimento dele.



Providenciar em parceria com os serviços de saúde e de assistência social, mobiliário e/ou equipamentos adaptados de acordo com as necessidades do educando, como: cama especial, cadeira e mesa adaptadas, cadeira de rodas, eliminação de barreiras para favorecer o acesso a outros ambientes da casa e ao espaço externo, etc. (BRASIL, 2002, p. 15).

É de responsabilidade do professor e equipe médica, conversarem sobre os materiais pedagógicos que serão utilizados e a higienização dos mesmos, após a liberação feita

pelos profissionais da saúde, o professor poderá utilizar recursos instrucionais nas mediações do aluno.

As adequações físicas na residência do aluno e na escola devem ser propostas em conjunto, por técnicos, pela equipe médica, pelos profissionais da educação e pelos pais e aluno. Mas devem ser desenvolvidas em parcerias entre as Secretaria de Saúde e Educação e, quando possível, com a família.

Em um primeiro momento, é necessário ter a visita de técnico, assistente social e professor para fotografar e medir o local, e posteriormente estudar as adequações necessárias que devem ser propostas. Em um segundo momento, as adequações devem ser discutidas com a equipe médica, com os profissionais da educação, com os pais e com o aluno.













A formação continuada é um dos fatores que possibilitam melhorias na qualidade da educação (PACHECO, 2005; CASTRO, 2011; SOUZA, 2011). Nesta, o professor poderá complementar a formação inicial, entrar em contato com as pesquisas recentes, participar de debates e discussões e palestras sobre temas que irão enriquecer suas mediações (MOREIRA; MANRIQUE; MARTINS, 2016).

Os cursos de formação continuada dos profissionais da saúde e da educação, assim como para os pais ou responsáveis dos alunos, acontecerão em parceria com as Secretarias, sendo que ambas disponibilizarão espaços físicos e pessoal especializado para o desenvolvimento dos mesmos, assim como os funcionários, para que possam participar das aulas.

O Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação (EAPE), em parceria com as escolas e Secretaria de Saúde, disponibilizará cursos de formação continuada sobre o APD aos profissionais da educação, como professores e servidores e aos profissionais da área da saúde e aos pais dos alunos atendidos no APD. Estes podem ser de curta ou longa duração, podendo ser de forma presencial, semipresencial ou online.

Os cursos terão ementa diferenciada de acordo com o público alvo. Aos servidores que trabalham na secretaria da escola, limpeza e manutenção, o foco será:

- ↪ a questão das leis que garantem o direito;
- ↪ a importância do APD e a importância do aluno estar incluso na escola;
- ↪ aos profissionais da área da saúde, o foco será:
  - ↪ a questão das leis que garantem o direito;
  - ↪ a importância do APD na qualidade de vida do aluno;
  - ↪ a relevância de professores estarem informados sobre o estado de saúde do aluno;
- ↪ a integração dos profissionais que atendem o aluno para que este seja incluso na escola;
- ↪ o curso para os professores será de duração maior e com conteúdo programático abrangente, abordando diversos aspectos do APD:

- ↪ a questão das leis que garantem o direito;
- ↪ as particularidades e importância do APD;
- ↪ a relevância para a qualidade de vida do aluno estar incluso na escola;
- ↪ desenvolvimento de ações que possam possibilitar a sensibilização da comunidade escolar;
- ↪ a relevância realização das adequações das condições físicas da casa do aluno;
- ↪ o uso e desenvolvimento dos materiais concretos;
- ↪ as adequações curriculares relacionadas ao conteúdo programático e ao tempo de aula e,
- ↪ a importância de mediações que foque no potencial do aluno e não nas limitações ocasionadas pelo estado de saúde.

Aos pais serão disponibilizadas palestras, cartilhas, rodas de conversa, cursos online abordando os temas:

- ↪ direitos e deveres dos pais e alunos do APD;
- ↪ a importância de mediações que foquem no potencial do aluno e não nas limitações ocasionadas pelo estado de saúde;
- ↪ a relevância de realização das adequações das condições físicas da casa do aluno e,
- ↪ a relevância para a qualidade de vida do aluno estar incluso na escola.

## **Recursos para adequação dos instrumentos didático-pedagógicos**

A importância dos recursos para a adequação dos instrumentos didático-pedagógicos se relaciona ao cotidiano do trabalho pedagógico que precisa ter recursos financeiros para a aquisição de materiais que serão usados durante as aulas. “Compete ao professor adequar e adaptar o ambiente às atividades e

os materiais, planejar o dia-a-dia da turma, registrar e avaliar o trabalho pedagógico desenvolvido” (BRASIL, 2002, p.17). Apenas planejar, será inútil se não houver materiais para executar.

Os materiais utilizados para desenvolver os instrumentos podem ser espumas, EVA, canetas, colas, cartolinas, entre outros, para que possam ser desenvolvidos instrumentos como: prancha de comunicação alternativa; tiposcópios; aranha-mola; maquetes entre outros materiais que podem ser confeccionados pelo professor.

Outros instrumentos como lupas, jogos, computadores e tabletes, mouse de pressão, teclado, colmeia, entre outros, devem ser disponibilizados de acordo com a necessidade do estudante. O uso de computador, por exemplo, pode ajudar na integração do estudante com a turma, ao assistir aulas e interagir com a turma em videoconferência, ou mesmo realizar pesquisas.

## **Considerações finais**

Não podemos afirmar que o uso desta normativa é a solução para a efetivação do APD no âmbito da SEEDF, mas com certeza sua utilização promoverá mudanças substanciais na efetivação do direito à educação dos estudantes que não podem frequentar a escola por motivo de saúde.

Podemos afirmar que esta é uma proposta que objetivou a efetivação do APD a todos os alunos que necessitem desta modalidade de ensino. Buscamos abarcar os aspectos relacionados ao contexto social vivenciado, às NEE do estudante e às particularidades do APD baseada na perspectiva da Educação Inclusiva.

Os reflexos da normativa estarão relacionados à abertura de discussões referentes ao APD na comunidade escolar, à busca pelo atendimento dos alunos e familiares rumo a uma maior integração entre a equipe de saúde e os professores e à maior interação entre a família do estudante e os professores, bem como a promoção de contextos que possibilitem a inclusão dos estudantes acamados.

Neste sentido, ao propormos como produto educacional de nossa Dissertação de Mestrado a normativa de sugestão para o Atendimento

Pedagógico Domiciliar, intencionamos deixar sob a responsabilidade das Secretarias de Educação e de Saúde do Distrito Federal o aprimoramento sobre os itens tratados durante nossa investigação, bem como sua implantação.

Conclusivamente, deixamos inúmeras sugestões de leituras e variadas fontes de pesquisa sobre a temática, que podem orientar os interessados sobre como implantar o APD em órgãos públicos, responsáveis pela saúde e educação do estudante com NEE.

## Referências Bibliográficas

BRASIL. **Classe hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar: estratégias e orientações**. Brasília, Brasil: MEC, Ministério da educação, 2002.

\_\_\_\_\_. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva MEC, In: Inclusão: **Revista da Educação Especial**. v. 4. n.1. Ed. Especial. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2007.

CASTRO, M. Z. G. DE. **A formação continuada de professores na escola de aperfeiçoamento de profissionais da educação (EAPE) referente à Lei 10.639**. 2011. Universidade de Brasília, 2011.

CORREIA, L. M. **Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas Classes Regulares de Ensino**. Porto: Porto Editora, 1997.

\_\_\_\_\_. **Dificuldades de aprendizagem específicas: Contributos para uma definição portuguesa**. Porto: Porto Editora, 2008.

DE PAULA, M. E. A. T.; ZAIAS, E.; SILVA, M. C. R. Políticas públicas em defesa do direito à educação: análise dos projetos de lei para expansão das classes hospitalares e atendimentos pedagógicos domiciliares no Brasil. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 4, n. 2238–8346, p. 54–68, 2015.

ESTEBAN, M. T. **O que sabe quem erra?** Reflexões sobre avaliação e fracasso escolar. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

GONÇALVES, M. V. S. **A utilização de jogos didáticos em novos segmentos da educação: a prática pedagógica do professor no ensino das ciências no atendimento pedagógico domiciliar**. 2014. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2014.

MOREIRA, G. E. Resolvendo problemas com alunos com Transtornos Globais do Desenvolvimento: desafios e conquistas. **Educação Matemática em Revista-RS**, v. 01, n. 15, 2014.

\_\_\_\_\_. A Educação Matemática Inclusiva no contexto da Pátria Educadora e do novo PNE: reflexões no âmbito do GD7. **Educação Matemática em Pesquisa**. São Paulo, v. 17, n. 3, 2015.

\_\_\_\_\_. MANRIQUE, Ana Lúcia. Challenges in Inclusive Mathematics Education: Representations by Professionals Who Teach Mathematics to Students with Disabilities. **Creative Education**, 5, 470-483, 2014.

\_\_\_\_\_.; MANRIQUE, A. L.; MARTINS, A. P. L. Formação de professores que ensinam Matemática na perspectiva da Educação Matemática Inclusiva. In: MANRIQUE, A. L.; MARANHÃO, M. C. S. DE A.; MOREIRA, G. E. (Ed.). **Desafios da Educação Matemática Inclusiva: Formação de professores**. Volume II. São Paulo: Ed.Livraria da Física, 2016. p. 69–82.

MANRIQUE, Ana Lúcia; MOREIRA, Geraldo Eustáquio; MARANHÃO, Maria Cristina Souza de Albuquerque. **Desafios da Educação Matemática Inclusiva: Práticas**. Volume II. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2016.

PACHECO, E. **Por uma Sociedade Educadora**. Brasília: Inep/Mec, p. 12, 2005. Disponível em: <[http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7B84DFE150-B322-446B-9AC7-E50FF4AB9501%7D\\_Por\\_sociedade\\_educadora.pdf](http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7B84DFE150-B322-446B-9AC7-E50FF4AB9501%7D_Por_sociedade_educadora.pdf)>.

SALLA, H.; SANTOS, P. F.; RAZUCK, R. C. de S. R. Atendimento domiciliar: ações e reflexões sobre a inclusão de um aluno com polineuropatia sensitivo motora. In: CAIXETA, J. E.; SOUSA, M. DO A.; SANTOS, P. F. (Ed.). **Educação e Psicologia: mediações possíveis em tempos de inclusão**. Curitiba-PR: Editora CVR, 2015. p. 173–192.

SOUZA, A. M. de. A formação do pedagogo para o trabalho no contexto hospitalar: a experiência da Faculdade de Educação da UnB. **Revista da Faculdade de Educação**, v. 17, n. 33, p. 251–272, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/5689/4705>>.

VYGOTSKY, L. S. Lev S. Vigotski: Manuscrito de 1929. **Educação e Sociedade**, n. 71, p. 21–44, 2000. Disponível em: <<http://www.faficp.br/dirposgrad/gepem/texts/gepem070-039.docx>>.